

Aula 09

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Direito Processual Penal -
2025 (Pós-Edital)*

Autor:

Marcella Mendes

29 de Maio de 2025

SIMULADO

Sumário

<i>Introdução</i>	2
<i>Questões Estratégicas</i>	2
<i>Gabarito</i>	8
<i>Questões Comentadas</i>	9



INTRODUÇÃO

A resolução de questões objetivas é imprescindível para nossa preparação. Dessa forma, elaboraremos simulados periódicos para que você, querido aluno, consiga revisar a matéria e identificar a forma de cobrança do conteúdo, pelos concursos públicos, beleza?

Este Simulado contempla questões INÉDITAS e abordará os assuntos das aulas anteriores.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS



1. A respeito das provas ditas inadmissíveis, é incorreto afirmar que:

- a) A prova ilícita deverá ser desentranhada do processo.
- b) Em qualquer caso, são consideradas inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas.
- c) A prova ilícita, segundo o Código de Processo Penal, são aquelas obtidas com violação de normas constitucionais ou legais.
- d) É considerada fonte independente, aquela que por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.
- e) O juiz que conhecer o conteúdo da prova que foi considerada inadmissível não poderá proferir a sentença ou o acórdão.

2. Sobre provas, assinale a alternativa que não se coaduna com o entendimento dos Tribunais Superiores.

- a) As declarações colhidas em âmbito estritamente privado sem acompanhamento de autoridade pública não apresentam confiabilidade.
- b) O interrogatório é o último ato da instrução criminal.
- c) O acusado pode assistir ao interrogatório do corréu se for advogado.
- d) Durante o interrogatório do acusado, o advogado do corréu tem direito de fazer perguntas.
- e) Cabe reclamação por uso indevido de algemas se este ocorreu por ordem de autoridade policial.



3. A respeito das provas no processo penal, é correto o que se afirma em:

- a) É absolutamente vedada, inclusive em favor do réu, o uso de provas ilícitas.
- b) O Código de Processo Penal adota o sistema do livre convencimento motivado.
- c) Confissão do réu pode suprir a realização do exame de corpo de delito.
- d) O exame de corpo de delito deverá ser feito depois das 6:00 e antes das 18:00.
- e) A autópsia será feita pelo menos três horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.

4. Quanto à cadeia de custódia, novidade legislativa trazida pelo Pacote Anticrime, é correto afirmar, exceto:

- a) Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.
- b) Vestígio é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.
- c) O recipiente para acondicionamento do vestígio será determinado pela natureza do material. O lacre rompido deverá ser acondicionado no interior do novo recipiente.
- d) A coleta dos vestígios deverá ser realizada necessariamente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.
- e) Na central de custódia destinada à guarda e controle dos vestígios, todas as pessoas que tiverem acesso ao vestígio armazenado deverão ser identificadas e deverão ser registradas a data e a hora do acesso.

5. Sobre prisão cautelar e definitiva, podemos afirmar, com base no CPP e na jurisprudência, que:

- a) É obrigatório que se realize o flagrante, por parte de autoridades policiais, seus agentes e qualquer um do povo, quando estiver ocorrendo um crime.
- b) O tempo de prisão provisória, de prisão administrativa ou de internação, no Brasil ou no estrangeiro, será computado para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade, quando o juiz proferir sentença condenatória.
- c) É chamado flagrante impróprio aquele cujo agente acaba de cometer a infração penal.
- d) Se não houver uma autoridade para lavrar o auto de prisão em flagrante no lugar em que fora concretizada a prisão, o preso será liberado.
- e) A prisão preventiva não poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.



6. Sobre a prisão cautelar, fiança e a liberdade provisória, é correto o que se afirma em:

- a) Ausentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva, o juiz poderá conceder liberdade provisória.
- b) É vedado ao juiz dispensar a fiança, mesmo que o preso não possua condições econômicas para arcar com o valor cabível.
- c) Não caberá fiança no crime de tortura. Todavia, é possível conceder liberdade provisória.
- d) É cabível arbitrar fiança no caso de prisão por inadimplemento de pensão alimentícia.
- e) Delegado de Polícia somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 2 (dois) anos.

7. Sobre a prisão domiciliar, é incorreto:

- a) A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial.
- b) O juiz pode substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de 75 anos.
- c) O juiz pode substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o acusado for pessoa imprescindível aos cuidados de pessoa com deficiência.
- d) O juiz pode substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando for o caso de acusada gestante, em qualquer momento da gravidez.
- e) O juiz pode substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando for o caso de mulher com filho de até 12 anos de idade incompletos.

8. A respeito da prisão preventiva, considerando as inovações do Pacote Anticrime, é correto dizer que:

- a) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.
- b) O juiz poderá decretar preventiva de ofício, desde que no curso do processo criminal, sendo vedado essa atuação durante o inquérito policial.
- c) É possível a decretação de preventiva nos crimes dolosos com pena privativa de liberdade máxima superior a 3 anos.
- d) É incabível decretar prisão preventiva apenas por dúvida sobre a identidade civil da pessoa.
- e) O juiz não poderá revogar de ofício da prisão preventiva, em respeito ao sistema acusatório.



9. Sobre prisão em flagrante, é correto o que se observa na alternativa:

- a) Caso não existam testemunhas presenciais do delito, é impossível lavrar o auto de prisão em flagrante.
- b) Considera-se em flagrante quem praticou infração penal nas últimas 24 horas.
- c) Segundo o STJ, mesmo se for declarada a prisão preventiva, não ficará superada a tese de excesso de prazo na comunicação do flagrante e a prisão deve ser relaxada.
- d) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade oralmente, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
- e) É possível a lavratura de auto de prisão em flagrante no caso de crime cuja ação penal é pública condicionada. Todavia, nesse caso, haverá necessidade de representação da vítima.

10. São medidas cautelares diversas da prisão, exceto:

- a) comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades.
- b) monitoração eletrônica.
- c) pagamento de multa.
- d) fiança.
- e) suspensão do exercício de função pública.

11. Sobre as prisões envolvendo mulheres, é incorreto o que se afirma em:

- a) É vedada a substituição da prisão preventiva pela domiciliar se mulher gestante tiver cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa.
- b) É vedado o uso de algemas em mulheres grávidas durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e durante o trabalho de parto, bem como em mulheres durante o período de puerpério imediato.
- c) É vedada a substituição da prisão preventiva pela domiciliar para mãe responsável por criança que tiver cometido o crime contra seu próprio filho.
- d) O juiz pode substituir a prisão preventiva pela domiciliar para grávida, desde que após os 7 meses de gravidez.
- e) Cabe substituição de prisão preventiva pela domiciliar no caso de mãe de filho maior de idade, porém com deficiência.



12. Tício foi acusado pela prática do crime de roubo. Proposta a ação penal contra Tício, ele não foi encontrado. Com base nessa informação, assinale a alternativa que se coaduna com o Código de Processo Penal e o entendimento dos Tribunais superiores.

- a) Tício deverá ser citado por hora certa.
- b) De acordo com o STF, se o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado, o processo será suspenso, assim como o curso do prazo prescricional. Para a Corte, a suspensão do prazo prescricional se dá de acordo com os prazos de prescrição do código penal, observada a pena máxima abstrata cominada para o crime.
- c) De acordo com o STJ, se o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado, o processo será suspenso, assim como o curso do prazo prescricional. Para a Corte, a suspensão do prazo prescricional pode se dar por tempo indeterminado.
- d) O edital de citação será somente publicado na imprensa oficial.
- e) O edital de citação indicará, o nome do réu, ou, se não for conhecido, os seus sinais característicos, bem como sua residência e profissão, se constarem do processo.

13. Sobre as citações e intimação, aponte a alternativa correta.

- a) A intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente far-se-á pessoalmente.
- b) A intimação do Ministério Público e do defensor nomeado será feita pela imprensa oficial.
- c) No caso de não existir imprensa oficial, a intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente, far-se-á diretamente pelo escrivão, por mandado, ou via postal com comprovante de recebimento, ou por qualquer outro meio idôneo.
- d) As citações que houverem de ser feitas em legações estrangeiras serão efetuadas mediante carta precatória.
- e) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, e não se suspenderá o curso do prazo de prescrição.

14. Sobre as formalidade da citação por edital, de acordo com Código de Processo Penal, o edital de citação indicará, exceto.

- a) O nome do juiz que a determinar.
- b) O nome do réu, ou, se não for conhecido, os seus sinais característicos, bem como sua residência e profissão, se constarem do processo.
- c) O prazo, que será contado do dia da publicação do edital na imprensa, se houver, ou da sua afixação.
- d) O fim para que é feita a citação.
- e) O nome do promotor de justiça que ofereceu a denúncia.



15. Sobre a competência e suas formas de fixação e modificação, é correto afirmar que:

- a) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência fixar-se-á pela distribuição
- b) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu. Se o réu não tiver residência certa ou for ignorado o seu paradeiro, será competente o juiz que primeiro tomar conhecimento do fato.
- c) No processo por crimes praticados fora do território brasileiro, será competente o juízo da Capital do Estado onde houver por último residido o acusado. Se este nunca tiver residido no Brasil, será competente o juízo da última cidade por onde passou.
- d) Compete ao Tribunal do Júri os crimes contra a vida, desde que consumados.
- e) A competência será determinada pela conexão a quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.



Gabarito

GABARITO



1. Letra B
2. Letra C
3. Letra B
4. Letra D
5. Letra B
6. Letra C
7. Letra B
8. Letra A
9. Letra E
10. Letra C
11. Letra D
12. Letra E
13. Letra C
14. Letra E
15. Letra B



QUESTÕES COMENTADAS

1. A respeito das provas ditas inadmissíveis, é incorreto afirmar que:

- a) A prova ilícita deverá ser desentranhada do processo.
- b) Em qualquer caso, são consideradas inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas.
- c) A prova ilícita, segundo o Código de Processo Penal, são aquelas obtidas com violação de normas constitucionais ou legais.
- d) É considerada fonte independente, aquela que por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.
- e) O juiz que conhecer o conteúdo da prova que foi considerada inadmissível não poderá proferir a sentença ou o acórdão.

Comentários:

A - Incorreta. A alternativa está de acordo com o que dispõe o artigo 157 do CPP.

B - Correta. De acordo com o artigo 157, § 1º do CPP, quando não for evidenciado o nexo de causalidade entre a prova ilícita e a derivada da ilícita ou quando a prova derivada puder ser obtida por uma fonte independente da ilícita, elas poderão ser admitidas.

C - Incorreta. A alternativa está de acordo com o que dispõe 2ª parte do artigo 157 do CPP.

D - Incorreta. A alternativa está de acordo com o que dispõe o § 2º do artigo 157 do CPP.

E - Incorreta. A alternativa está de acordo com o que dispõe o § 5º do artigo 157 do CPP.

2. Sobre provas, assinale a alternativa que não se coaduna com o entendimento dos Tribunais Superiores.

- a) As declarações colhidas em âmbito estritamente privado sem acompanhamento de autoridade pública não apresentam confiabilidade.
- b) O interrogatório é o último ato da instrução criminal.
- c) O acusado pode assistir ao interrogatório do corréu se for advogado.
- d) Durante o interrogatório do acusado, o advogado do corréu tem direito de fazer perguntas.
- e) Cabe reclamação por uso indevido de algemas se este ocorreu por ordem de autoridade policial.

Comentários:

A - Incorreta. A alternativa está de acordo com o entendimento do STF, julgado na AP 912/PB, informativo 856.



B - Incorreta. A alternativa esta de acordo com o entendimento do STF, julgado no HC 127900/AM, informativo 816.

C - Correta. De acordo com o entendimento do STF, HC 101021/SP, o acusado não pode assistir o interrogatório do corréu mesmo que seja advogado.

D - Incorreta. A alternativa está de acordo com o entendimento do STJ, julgado no HC 198668/SC.

E - Incorreta. De acordo com o entendimento do STF, Rcl 7116/PE, não cabe reclamação por uso indevido de algemas se este ocorreu por ordem de autoridade policial.

3. A respeito das provas no processo penal, é correto o que se afirma em:

- a) É absolutamente vedada, inclusive em favor do réu, o uso de provas ilícitas.
- b) O Código de Processo Penal adota o sistema do livre convencimento motivado.
- c) Confissão do réu pode suprir a realização do exame de corpo de delito.
- d) O exame de corpo de delito deverá ser feito depois das 6:00 e antes das 18:00.
- e) A autópsia será feita pelo menos três horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.

Comentários:

A - Incorreta. Jurisprudência e doutrina admitem, excepcionalmente, em respeito ao princípio da razoabilidade, o uso de provas obtidas de forma ilícita, se esta for a única forma de se absolver um inocente.

B - Correta. De fato, como regra geral, o processo penal adota o sistema do livre convencimento motivado, também chamado de persuasão racional do juiz.

C - Incorreta. Quando a infração deixar vestígios, o exame de corpo de delito, direto ou indireto, será indispensável. A confissão do acusado não é capaz de supri-lo. Nesse sentido: art. 158, caput, CPP.

D - Incorreta. Conforme o art. 161 do CPP, o exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

E - Incorreta. Na verdade, o prazo necessário para iniciar a autópsia é de seis horas após o óbito, segundo o art. 162, caput, do CPP.



4. Quanto à cadeia de custódia, novidade legislativa trazida pelo Pacote Anticrime, é correto afirmar, exceto:

- a) Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.
- b) Vestígio é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.
- c) O recipiente para acondicionamento do vestígio será determinado pela natureza do material. O lacre rompido deverá ser acondicionado no interior do novo recipiente.
- d) A coleta dos vestígios deverá ser realizada necessariamente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.
- e) Na central de custódia destinada à guarda e controle dos vestígios, todas as pessoas que tiverem acesso ao vestígio armazenado deverão ser identificadas e deverão ser registradas a data e a hora do acesso.

Comentários:

A - Incorreta. É o conceito de cadeia de provas apresentado pelo art. 158-A, caput, do CPP.

B - Incorreta. É o conceito exato de vestígio, extraído do art. 158-A, § 3º, do CPP.

C - Incorreta. São previsões encontradas, de fato, no art. 158-D e 158-D, § 5º, do CPP.

D - Correta. Trata-se da única alternativa falsa e, portanto, nossa resposta. Na verdade, conforme, art. 158-C, caput, do CPP, a coleta de vestígios será preferencialmente (e não necessariamente) realizada por perito oficial.

E - Incorreta. É nesse sentido o art. 158-E, § 3º, do CPP.

5. Sobre prisão cautelar e definitiva, podemos afirmar, com base no CPP e na jurisprudência, que:

- a) É obrigatório que se realize o flagrante, por parte de autoridades policiais, seus agentes e qualquer um do povo, quando estiver ocorrendo um crime.
- b) O tempo de prisão provisória, de prisão administrativa ou de internação, no Brasil ou no estrangeiro, será computado para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade, quando o juiz proferir sentença condenatória.
- c) É chamado flagrante impróprio aquele cujo agente acaba de cometer a infração penal.
- d) Se não houver uma autoridade para lavrar o auto de prisão em flagrante no lugar em que fora concretizada a prisão, o preso será liberado.



e) A prisão preventiva não poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.

Comentários:

A - Incorreta. Para os policiais, o flagrante é obrigatório. Todavia, para as pessoas do povo, será facultativo. É como dispõe o art. 301 do CPP.

B - Correta. É nesse sentido a redação do art. 387, §2º, do CPP.

C - Incorreta. Trata-se do chamado flagrante próprio.

D - Incorreta. De acordo com o art. 308 do CPP, não havendo autoridade no lugar, o preso será apresentado à do lugar mais próximo.

E - Incorreta. É justamente o contrário do que dispõe o art. 312, § 1º, do CPP.

6. Sobre a prisão cautelar, fiança e a liberdade provisória, é correto o que se afirma em:

- a) Ausentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva, o juiz poderá conceder liberdade provisória.
- b) É vedado ao juiz dispensar a fiança, mesmo que o preso não possua condições econômicas para arcar com o valor cabível.
- c) Não caberá fiança no crime de tortura. Todavia, é possível conceder liberdade provisória.
- d) É cabível arbitrar fiança no caso de prisão por inadimplemento de pensão alimentícia.
- e) Delegado de Polícia somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 2 (dois) anos.

Comentários:

A - Incorreta. Na verdade, o juiz “deverá” conceder fiança nessas situações.

B - Incorreta. O art. 350 do CPP autoriza a dispensa da fiança pelo juiz.

C - Correta. De fato, o crime de tortura não admite fiança. Porém, se não estiverem presentes os requisitos da prisão preventiva, é possível que seja concedida a liberdade provisória sem fiança, podendo o juiz, entretanto, fixar medidas cautelares diversas da prisão.

D - Incorreta. Não cabe fiança em caso de prisão civil, conforme art. 324, II, do CPP.



E - Incorreta. Segundo o art. 322, caput, do CPP, para o delegado arbitrar fiança, a pena privativa de liberdade máxima não pode exceder 4 (quatro) anos.

7. Sobre a prisão domiciliar, é incorreto:

- a) A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial.
- b) O juiz pode substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de 75 anos.
- c) O juiz pode substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o acusado for pessoa imprescindível aos cuidados de pessoa com deficiência.
- d) O juiz pode substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando for o caso de acusada gestante, em qualquer momento da gravidez.
- e) O juiz pode substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando for o caso de mulher com filho de até 12 anos de idade incompletos.

Comentários:

A - Incorreta. A assertiva está de acordo com o art. 317 do CPP.

B - Correta. A prisão domiciliar poderá ser concedida no caso de cautelar decretada contra maior de 80 anos, nos termos do art. 318, I, do CPP.

C - Incorreta. A assertiva está de acordo com o art. 317, III, do CPP.

D - Incorreta. A assertiva está de acordo com o art. 317, IV, do CPP.

E - Incorreta. A assertiva está de acordo com o art. 317, V, do CPP.

8. A respeito da prisão preventiva, considerando as inovações do Pacote Anticrime, é correto dizer que:

- a) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.
- b) O juiz poderá decretar preventiva de ofício, desde que no curso do processo criminal, sendo vedado essa atuação durante o inquérito policial.
- c) É possível a decretação de preventiva nos crimes dolosos com pena privativa de liberdade máxima superior a 3 anos.
- d) É incabível decretar prisão preventiva apenas por dúvida sobre a identidade civil da pessoa.
- e) O juiz não poderá revogar de ofício da prisão preventiva, em respeito ao sistema acusatório.

Comentários:



A - Correta. É a nova redação do artigo 312, caput, do CPP que inclui o indício de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

B - Incorreta. O Pacote Anticrime, privilegiando o sistema acusatório no processo penal, pôs fim à prisão preventiva de ofício pelo magistrado. Nesse sentido, alterou o artigo 311 do CPP, que agora dispõe: "Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial."

C - Incorreta. Segundo o art. 313, I, do CPP, o requisito é pena máxima superior a 4 anos.

D - Incorreta. Segundo o art. 313, § 1º, do CPP, será possível a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, devendo o preso ser colocado imediatamente em liberdade após a identificação, salvo se outra hipótese recomendar a manutenção da medida.

E - Incorreta. Caberá ao juiz revogar, de ofício ou a pedido, a prisão preventiva, caso seja verificado ausência de motivo para que ela subsista. Nesse sentido, vide art. 316 do CPP.

9. Sobre prisão em flagrante, é correto o que se observa na alternativa:

- a) Caso não existam testemunhas presenciais do delito, é impossível lavrar o auto de prisão em flagrante.
- b) Considera-se em flagrante quem praticou infração penal nas últimas 24 horas.
- c) Segundo o STJ, mesmo se for declarada a prisão preventiva, não ficará superada a tese de excesso de prazo na comunicação do flagrante e a prisão deve ser relaxada.
- d) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade oralmente, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
- e) É possível a lavratura de auto de prisão em flagrante no caso de crime cuja ação penal é pública condicionada. Todavia, nesse caso, haverá necessidade de representação da vítima.

Comentários:

A - Incorreta. A falta de testemunhas não impedirá a lavratura do APF. Todavia, nesse caso, duas pessoas que presenciaram a apresentação do preso à autoridade deverão assinar o termo junto com o condutor. Nesse sentido: art. 304, § 2º, do CPP.

B - Incorreta. Não existe esse prazo na lei.



C - Incorreta. Segundo a tese fixada pelo STJ, "uma vez decretada a prisão preventiva, fica superada a tese de excesso de prazo na comunicação do flagrante."

D - Incorreta. Segundo o teor da SV 11, a justificativa do uso de algemas deve ser feita por escrito, obrigatoriamente.

E - Correta. A representação da vítima é condição de procedibilidade da ação penal. Inclusive, o inquérito policial ou termo circunstanciado não poderão ser iniciados sem ela.

10. São medidas cautelares diversas da prisão, exceto:

- a) comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades.
- b) monitoração eletrônica.
- c) pagamento de multa.
- d) fiança.
- e) suspensão do exercício de função pública.

Comentários:

A - Incorreta. Trata-se de alternativa de teor correto, compatível com o art. 319, I, do CPP.

B - Incorreta. Trata-se de alternativa de teor correto, compatível com o art. 319, IX, do CPP.

C – Correta. Não existe previsão nesse sentido. Multa é, na verdade, espécie de pena e não de medida cautelar alternativa à prisão.

D - Incorreta. Trata-se de alternativa de teor correto, compatível com o art. 319, VIII, do CPP.

E – Incorreta. Trata-se de alternativa de teor correto, compatível com o art. 319, VI, do CPP.

11. Sobre as prisões envolvendo mulheres, é incorreto o que se afirma em:

- a) É vedada a substituição da prisão preventiva pela domiciliar se mulher gestante tiver cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa.
- b) É vedado o uso de algemas em mulheres grávidas durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e durante o trabalho de parto, bem como em mulheres durante o período de puerpério imediato.
- c) É vedada a substituição da prisão preventiva pela domiciliar para mãe responsável por criança que tiver cometido o crime contra seu próprio filho.



- d) O juiz pode substituir a prisão preventiva pela domiciliar para grávida, desde que após os / meses de gravidez.
- e) Cabe substituição de prisão preventiva pela domiciliar no caso de mãe de filho maior de idade, porém com deficiência.

Comentários:

A - Incorreta. A alternativa está de acordo com o art. 318-A do CPP.

B - Incorreta. Trata-se de disposição do parágrafo único do art. 292.

C - Incorreta. A alternativa está de acordo com o art. 318-A do CPP.

D - Correta. A substituição para gestante pode ocorrer em qualquer momento da gravidez.

E - Incorreta. A alternativa está de acordo com o art. 318, III, do CPP.

12. Tício foi acusado pela prática do crime de roubo. Proposta a ação penal contra Tício, ele não foi encontrado. Com base nessa informação, assinale a alternativa que se coaduna com o Código de Processo Penal e o entendimento dos Tribunais superiores.

- a) Tício deverá ser citado por hora certa.
- b) De acordo com o STF, se o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado, o processo será suspenso, assim como o curso do prazo prescricional. Para a Corte, a suspensão do prazo prescricional se dá de acordo com os prazos de prescrição do código penal, observada a pena máxima abstrata cominada para o crime.
- c) De acordo com o STJ, se o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado, o processo será suspenso, assim como o curso do prazo prescricional. Para a Corte, a suspensão do prazo prescricional pode se dar por tempo indeterminado.
- d) O edital de citação será somente publicado na imprensa oficial.
- e) O edital de citação indicará, o nome do réu, ou, se não for conhecido, os seus sinais característicos, bem como sua residência e profissão, se constarem do processo.

Comentários:

A - Incorreta. A citação por hora certa ocorre quando o réu presumidamente se oculta para evitar que seja citado, conforme a redação do artigo 362 do CPP.

B - Incorreta. Para o STF, se o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado, o processo será suspenso, assim como o curso do prazo prescricional. Para a Corte, não há óbice à indefinição do prazo de suspensão da prescrição. Nada impede a retomada do prazo de prescrição em evento futuro e incerto.



C - Incorreta. Para o S I J, se o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado, o processo será suspenso, assim como o curso do prazo prescricional. Para a Corte, o período máximo de suspensão do prazo prescricional corresponde ao tempo fixado no artigo 109 do CP, observada a pena máxima cominada para o crime. É o teor também da súmula 415 do STJ.

D - Incorreta. De acordo com o § único do artigo 365 do CPP, o edital será afixado à porta do edifício onde funcionar o juízo e será publicado pela imprensa, onde houver, devendo a afixação ser certificada pelo oficial que a tiver feito e a publicação provada por exemplar do jornal ou certidão do escrivão, da qual conste a página do jornal com a data da publicação.

E - Correta. É o teor do artigo 365, II do CPP.

13. Sobre as citações e intimação, aponte a alternativa correta.

- a) A intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente far-se-á pessoalmente.
- b) A intimação do Ministério Público e do defensor nomeado será feita pela imprensa oficial.
- c) No caso de não existir imprensa oficial, a intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente, far-se-á diretamente pelo escrivão, por mandado, ou via postal com comprovante de recebimento, ou por qualquer outro meio idôneo.
- d) As citações que houverem de ser feitas em legações estrangeiras serão efetuadas mediante carta precatória.
- e) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, e não se suspenderá o curso do prazo de prescrição.

Comentários:

A - Incorreta. De acordo com o artigo 370, § 1º, do CPP, a intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente far-se-á por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca, incluindo, sob pena de nulidade, o nome do acusado.

B - Incorreta. De acordo com o artigo 370, § 4º, do CPP, a intimação do Ministério Público e do defensor nomeado será pessoal.

C - Correta. É o teor do § 2º do artigo 370 do CPP.

D - Incorreta. As citações, de acordo com o artigo 369 do CPP, que houverem de ser feitas em legações estrangeiras serão efetuadas mediante carta rogatória.

E - Incorreta. De acordo com o artigo 368 do CPP, estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.



14. Sobre as formalidade da citação por edital, de acordo com Código de Processo Penal, o edital de citação indicará, exceto.

- a) O nome do juiz que a determinar.
- b) O nome do réu, ou, se não for conhecido, os seus sinais característicos, bem como sua residência e profissão, se constarem do processo.
- c) O prazo, que será contado do dia da publicação do edital na imprensa, se houver, ou da sua afixação.
- d) O fim para que é feita a citação.
- e) O nome do promotor de justiça que ofereceu a denúncia.

Comentários:

A - Incorreta. É uma formalidade de acordo com o artigo 365, I do CPP.

B - Incorreta. É uma formalidade de acordo com o artigo 365, II do CPP.

C - Incorreta. É uma formalidade de acordo com o artigo 365, V do CPP.

D - Correta. É uma formalidade de acordo com o artigo 365, III do CPP.

E - Correta. O nome do promotor que ofereceu a denúncia não consta no rol do artigo 365 do CPP.

15. Sobre a competência e suas formas de fixação e modificação, é correto afirmar que:

- a) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela distribuição
- b) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu. Se o réu não tiver residência certa ou for ignorado o seu paradeiro, será competente o juiz que primeiro tomar conhecimento do fato.
- c) No processo por crimes praticados fora do território brasileiro, será competente o juízo da Capital do Estado onde houver por último residido o acusado. Se este nunca tiver residido no Brasil, será competente o juízo da última cidade por onde passou.
- d) Compete ao Tribunal do Júri os crimes contra a vida, desde que consumados.
- e) A competência será determinada pela conexão a quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.

Comentários:

A - Incorreta. Conforme o art. 71 do CPP, a competência, nesse caso, será firmada pela prevenção.



B - Correta. E nesse sentido que dispõe art. 12, § 2º, do CPP.

C - Incorreta. Conforme o art. 88 do CPP anuncia, nas circunstâncias narradas, será competente o juízo da Capital da República.

D - Incorreta. A competência do Tribunal do Júri para julgar os crimes contra a vida abarca tanto os crimes consumados quanto os tentados.

E - Incorreta. A assertiva versa sobre uma hipótese de continência prevista no art. 77, I, do CPP.

Espero que tenha gostado.

Forte Abraço, querido Aluno.



@alexandre_segredo



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.